

6/11/98 A-2
100

WASHINGTON NOVAES

Evitar o desastre na Amazônia

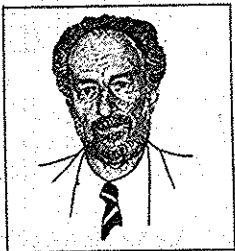
O governo federal – dizem os jornais – já foi alertado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe): a seca deste ano, que começa agora no Hemisfério Norte (e, portanto, na maior parte da Amazônia brasileira), será a maior dos 118 anos em que existem registros climáticos. Agravam-se, portanto, os riscos de incêndios florestais

no chamado “arco do desmatamento”, que vai do oeste do Maranhão ao Acre, passando pelo sul e sudoeste do Pará, norte de Mato Grosso, Amazonas e Rondônia. Alguns focos de calor já foram detectados na semana passada pelos dez satélites que fazem o monitoramento. O rigor da seca este ano é atribuído tanto ao El Niño quanto à La Niña.

Floresta verde não costuma pegar fogo. A não ser que já tenha sofrido o chamado desmatamento seletivo, que ocorre, geralmente, quando a madeira, legal ou ilegalmente (em geral, a última hipótese), extrai apenas as espécies mais nobres, como o mogno, a virola, o pau-rosa, etc. Só que, para isso, abre picadas na floresta e deixa, nas clareiras e trilhas abertas, material que o tempo vai secar – outras árvores menores derrubadas no processo, galhos e folhas. Qualquer fogo, acidental ou não, na época seca faz o incêndio começar por baixo na floresta. E, em geral, é quase incontrolável – até mesmo porque o Brasil não dispõe de equipamentos específicos para isso, principalmente aviões.

Segundo o Inpe, nos últimos 20 anos mais de 400 mil quilômetros quadrados foram atingidos por queimadas na Amazônia. Na temporada seca do Centro-Oeste, este ano, o fogo já chegou às divisas do Parque do Xingu e consumiu mais de metade da vegetação da Ilha do Bananal.

Também de acordo com o Inpe, só 1% a 2% dos focos de fogo podem ser atribuídos a causas naturais no Centro-Oeste. São quase invariavelmente



Queimada dá prejuízo ao produtor e ameaça tanto o Cerrado como a região amazônica

queimadas que começam em pastagens e, sem controle, se estendem a florestas e/ou pastos vizinhos. Por isso mesmo, o Ibama chegou a proibir queimadas em vários Estados – sem muito êxito – e a montar um sistema de previsão, prevenção e fiscalização, para o qual, na hora decisiva, faltou grande parte dos recursos. A nova legislação, que exige ampliação dos aceiros e afastamento das queimadas em relação a rodovias, ferrovias e aeroportos, também não parece haver-se incorporado aos hábitos dos proprietários rurais.

Algumas providências têm sido sugeridas, na área do ITR, aproveitamento das áreas já desflorestadas para abertura de frentes agropecuárias (em lugar de permitir novos desmatamentos) e fiscalização intensiva de queima de resíduos em madeireiras e serrarias. Mas as informações do Inpe sobre o rigor da próxima estiagem na Amazônia levantam preocupações adicionais.

A primeira é a de que o anunciado ajuste fiscal reduza ainda mais os já escassos recursos de que dispõe o Ibama para enfrentar a situação. A segunda, que não lhe permita montar um esquema especialíssimo, à

altura da gravidade da situação que se prenuncia. Incêndios como o que ocorreu em Roraima na última estação seca deixarão o governo brasileiro numa situação insustentável internacionalmente, em momento mais do que delicado.

Mas, além de tudo isso, parece faltar um esforço especial, intenso, de informação, voltado especialmente para os produtores rurais – pois é em suas propriedades que começa a quase totalidade dos incêndios. E esse esforço não dará resultado se não falar diretamente aos interesses econômicos desses produtores, para os quais a queimada é uma prática, mais do que tradicional, indispensável para a renovação das pastagens e para o bom rendimento da pecuária, seja de corte, seja leiteira.

Já há informações capazes de permitir isso, principalmente na área da Embrapa, e mais especificamente em seu Centro de Pesquisas de Gado de Corte. Ali se tem demonstrado que as pastagens cultivadas de braquiárias e panicuns, assim como o solo e as aguadas, com o tempo têm mais prejuízo que benefícios com as queimadas. As pesquisas científicas realizadas têm provado que as perdas de nitrogênio e enxofre por volatilização, na queimada do pasto seco, podem chegar a 17 quilos por hectare/ano e a 7 quilos por hectare/ano, respectivamente.

Diz o pesquisador Manoel Cláudio Macedo, daquele cen-

tro, que, “como a maioria da pastagem não recebe adubação nitrogenada e sulfatada regularmente, se pode imaginar o quanto se perde com queimadas a cada ano”. As pesquisas quantificaram isso: as pastagens queimadas produziram 282 quilos de peso vivo por hectare/ano, enquanto a produção é de 438 quilos de peso vivo por hectare/ano nas não queimadas – o que equivale a R\$ 132 de prejuízo. Por hectare/ano.

Essas experiências foram feitas com quatro tipo de graminas forrageiras – *Brachiaria decumbens* cv Basilisk, *Brachiaria brizantha* cv Marandu, *Panicum maximum* cv Tobiata e cv Tanzânia. Os pastos não queimados continuaram sendo usados em agosto, setembro e outubro, enquanto os queimados foram fechados à espera da rebrota e do crescimento.

A conclusão final do pesquisador, publicada no boletim do Centro de Pesquisa de Gado de Corte da Embrapa, é categórica e precisaria ser ouvida por todos os pecuaristas: perde-se na produção de carnes, em nutrientes das forrageiras e, a médio e longo prazos, em matéria orgânica, que é uma das maiores riquezas de que os solos tropicais tanto necessitam para manter sua fertilidade: “Queimar pastagem cultivada como rotina dá prejuízo a todos.”

Portanto, a queimada dá prejuízo ao produtor e ameaça tanto o Cerrado como a Amazônia. Essa é uma informação que precisaria ser repetida todos os dias. E, como o governo federal dispõe, por lei, de tempos diários no rádio e na televisão, sem ônus, precisaria usar esses horários para difundir maciçamente a informação. Enquanto é tempo.

Isso não significa que as outras frentes possam ou devam ser minimizadas – o combate à extração ilegal de madeira, principalmente em áreas indígenas, a fiscalização em geral, o monitoramento, a montagem de sistemas preventivos, a mobilização social, etc. Mas a informação terá de ocupar um lugar relevante. Principalmente a de ordem econômica: queimada é sinônimo de prejuízo para todos, inclusive para o produtor.

